A MODERNIDADE E A VIDA COMO OBJETO POLÍTICO: A CRÍTICA DE HANNAH ARENDT

Elivanda Oliveira Silva[1]

Resumo: Nosso propósito neste artigo é, a partir da análise das obras *Origens do Totalitarismo* (1951) e a *Condição Humana* (1958) da filósofa Hannah Arendt, demonstrar a viabilidade de uma leitura biopolítica da obra da autora, destacando a sua crítica a era moderna e ao processo de naturalização da vida.

Palavras-chave: Era moderna. Biopolítica. Totalitarismo. Naturalização da vida.

Abstract: Our purpose in this article is, based on the analysis of the works *The Origins of Totalitarianism* (1951) and *the Human Condition* (1958) from the philosopher Hannah Arendt, to show the biopolitic reading viability of the author's work, highlighting her criticism about the modern period and the life naturalization process.

Kew-words: Modern period. Biopolitic. Totalitarianism. Life naturalization.

[1] Doutoranda em Filosofia pela UFMG e Mestre em Filosofia pela UFC. Contato: elivandaos@gmail.com

A modernidade e a naturalização da vida

O modo como a política foi concebida na modernidade, ou seja, uma política sobre a vida, que encontra sua razão de ser, justamente, no cuidado e na manutenção das necessidades biológicas dos indivíduos, mesmo que tal preservação ocorra à custa da perda do sentido da política, e portanto, do ofuscamento da novidade e da ação livre é, sem dúvida alguma, uma das maiores denúncias de Arendt e o cerne dos seus trabalhos, e, o ponto principal no qual justificamos a leitura biopolítica da obra da pensadora.

Na modernidade, a preocupação do Estado, tendo em vista os fenômenos de população – natalidade, mortalidade, sexualidade –, de gestão da vida e a inclusão da mesma no âmbito público, fez com que surgisse uma nova forma de poder: o biopoder ou a biopolítica.[2] A vida passa a ser inserida no discurso político e nas práticas de governo, mas somente no que diz respeito ao seu aspecto biológico. A partir desse interesse pela vida natural dos homens, a política, como afirma Giorgio Agamben em seu *Homo Sacer*, acaba por transformar-se em biopolítica. Assim, o que caracteriza a biopolítica é quando a vida, seguida de um processo de naturalização, passa a ter primazia nas decisões políticas. Desse modo, percebemos que o uso das técnicas de controle biopolítico, pelo Estado, produz, de um lado, uma super valorização da vida, resultado de um controle e manipulação excessivos e, de outro, a fragilidade e passividade dessa mesma vida, deixada de lado, sob todos os riscos. Nessa mesma perspectiva, temos o diagnóstico de Peter Pál Pelbart, segundo o qual "[...] a defesa da vida tornou-se um lugar comum [...]. Por um lado, a vida tornou-se alvo supremo do capital. Por outro, a vida mesma tornou-se um capital, senão 'o' capital por excelência, de que todos e qualquer um dispõem, virtualmente, com consequências políticas a determinar." (PELBART, 2009, p. 13).

[2] O termo "Biopolítica" surge na obra de Michel Foucault, em 1974, numa conferência proferida pelo pensador, no Rio de Janeiro, intitulada, "O Nascimento da Medicina Social". Nessa conferência Foucault assevera o seguinte: "[...] minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que no capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolitica. A medicina é uma estratégia bio-política." (FOUCAULT, 2004, p. 80). O conceito de biopolítica foi tratado também por Michel Foucault no primeiro volume de *História da Sexualidade*, mas, precisamente, no último capítulo intitulado "Direito de morte e poder sobre a vida". Nesta obra, o autor tece a seguinte tese: "O primeiro polo de gestão da vida foi centrado no corpo como máquina. Seu adestramento, a majoração das suas aptidões, a extorsão das suas forças, o crescimento paralelo da sua utilidade e docilidade, sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, tudo isso foi assegurado por processos de poder que caracterizam as *disciplinas* anátomopolíticas do corpo humano. O segundo, formado um pouco mais tarde, em meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo atravessado pela mecânica do vivo e que serve de suporte aos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população."* (FOUCAULT, 2007, p. 151-152).

Dado esse panorama político, no qual o biológico ganha cada vez mais espaço na política estatal, e o poder assume a função de gerir, controlar e padronizar a vida dos indivíduos, pensamos que um estudo que tivesse como finalidade tentar compreender os eventos, as ramificações e as relações que, de alguma forma, caracterizam e estão em sintonia com esse novo poder – a biopolítica – possa nos fornecer elementos para elucidar como os indivíduos, na modernidade e também na contemporaneidade, estão relacionando-se em âmbito político.

Nossa intenção é elucidar os elementos biopolíticos contidos nas obras de Arendt, os quais, no nosso entendimento, mesmo que de maneira velada, encontram-se em suas reflexões. Para ratificar a nossa proposta, recorremos, quando necessário, as análises de Giorgio Agamben, que para esclarecer o conceito de biopolítica, em vários momentos de sua obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, lança mão de alguns elementos discutidos de forma original por Hannah Arendt.

Um desses elementos centra-se na análise dos regimes totalitários e sua instituição central, os campos de concentração que, segundo Giorgio Agamben, são espaços biopolíticos por excelência, sendo o evento biopolítico que mais caracterizou a política na modernidade. Essa afirmação ganha força por dois motivos: Primeiro, por que só têm sentido falarmos do poder biopolítico quando o relacionamos com a assunção da vida no plano biológico, assunção esta que se ratificou quando indivíduos, completamente destituídos de algum valor, se não a mera existência biológica, foram alocados para os campos de concentração; segundo, por que os campos de concentração encontram seu fundamento no estado de exceção. Assim, o campo, como espaço permanente de exceção, no qual todas as leis são suspensas, e o indivíduo é desprovido de valor político e privado do amparo jurídico, é o paradigma biopolítico da política que vivemos hoje. Nas palavras de Castor Ruiz: "[...] o campo é o paradigma da ordem biopolítica onde o controle sobre a vida humana é absoluto e, por isso, a potência do poder é plena." (RUIZ, 2007, p. 26). A exceção é a norma do campo e apresenta-se como dispositivo do direito que tem como finalidade a suspensão da lei. Vale salientar que o Estado Nazista pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou doze anos. Os nazistas decretaram o estado de exceção em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder e nunca foi revogado. Diante desse novo poder, há uma nova esfera de comando, há uma nova esfera de soberania. Nessa perspectiva, uma teoria clássica da soberania não satisfaz as exigências desse poder, que se situa e se exerce em nível dos fenômenos da vida. Nessa nova esfera de poder, o soberano é aquele que funda a exceção e, enquanto tal, tem sob o seu comando todas as *vidas nuas*. É o soberano que tem o poder de decidir quem são os *homines sacris*, ou seja, o soberano decide quais vidas devem permanecer sob seu comando e aquelas que devem ser eliminadas, sem que sua morte seja considerada homicídio.

Outro elemento que reforça a discussão que estamos propondo neste artigo é a percepção de Arendt sobre a supremacia da atividade do trabalho (*labor*) no mundo moderno pelo *animal laborans*. A atividade do trabalho, segundo Arendt, foi promovida à mais alta posição entre as capacidades do

homem. Essa glorificação do trabalho em detrimento das outras atividades que compõem a *vita activa* (obra e ação) fez da reprodução e da necessidade as categorias centrais que passaram a determinar a sociabilidade dos homens. O homem de ser plural e criativo, transformou-se em um ser atomizado, passivo e massificado.

Entendemos, portanto, que uma reflexão acerca da biopolítica, em Arendt, deve ser pensada a partir de dois momentos: primeiro, pela disseminação da violência em suas múltiplas facetas, como foi conhecida pelos governos totalitários; segundo, através do diagnóstico da autora sobre a preservação da vida do *animal laborans*, por meio das atividades do trabalho e do consumo.

Totalitarismo: violência e domínio total

A percepção do nascimento de uma nova modalidade de controle e dominação dos homens, perpassada pela lógica da violência e extermínio, foi o núcleo das reflexões de Arendt em *Origens do Totalitarismo*.

As ações perpetradas pelos nazistas não encontram base de apoio em nenhuma realidade que assenta a política. Na sua pretensão de fabricar um tipo específico de homem, no seu desejo ambicioso de dominar, totalmente, os homens, tentou eliminar a condição humana da pluralidade, condição que possibilita ao homem ser o que é. Os campos de concentração, entendidos por Arendt como "[...] os laboratórios experimentais da dominação total [...]" (ARENDT, 2008, p. 268), foram criados com o objetivo de realizar toda espécie de experimentos para transformar a natureza humana em não humana. Lembramos, entretanto que, exatamente pela natureza humana ser o que é, sempre impulsionada ao novo, uma vez que o início é algo inerente a todo ser humano, "[...] esse objetivo só pode ser alcançado sob as circunstâncias extremas de um inferno feito pela mão do homem." (ARENDT, 2008, p. 268).

Hannah Arendt assevera que os regimes totalitários diferem-se de tiranias e ditaduras e, nessa medida, devem ser considerados regimes políticos sem precedentes na história, "[...] porque o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir." (ARENDT, 2006, p. 343). Nas tiranias, embora os homens encontrem-se em um sistema que, através do isolamento, os tornam impotentes, suprimindo a liberdade para a ação, a possibilidade de coexistir ainda é real, pois, os laços entre os homens não são, totalmente, destruídos, e toda a vida privada do indivíduo permanece intacta. A capacidade humana de sentir, pensar, imaginar, desejar ainda constituem características essenciais da condição humana. A impossibilidade de coexistir é uma característica própria do governo totalitário. Os regimes totalitários procuravam eliminar e controlar, não somente a esfera pública, mas também a esfera privada, pois, o simples fato dos homens pensarem significa que os mesmos podem mudar de opinião, e, nesse sentido, todos os homens são, potencialmente, suspeitos e inimigos do regime. Para evitar o perigo da resistência, era necessário criar um ser de reações previsíveis,

reduzindo-o a seu denominador comum, isto é, um ser cuja única "ação livre" consiste em preservar a vida. (ARENDT, 2006, p. 488).

Expansão, riqueza, nacionalismo ou a busca pelo poder não fundamentam o Totalitarismo. Todas essas determinações dizem respeito a formas de governos tirânicos e despóticos. Toda a trama de acontecimentos do regime totalitário reside no insano desejo de dominar, totalmente, os homens, mesmo que para isso, fosse necessário transformar a sua natureza e torná-los supérfluos. Assim, Arendt aponta: "[...] o totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos." (ARENDT, 2006, p. 508). É por isso que "[...] o totalitarismo nos coloca diante de uma nova forma de governo." (ARENDT, 2006, p. 513). Em todas as outras formas de governo, conhecida pela humanidade, o homem permanecia o que era: um ser humano. No totalitarismo, de humanos, os homens eram transformados em indivíduos que mais se assemelhavam a marionetes.

No final de *Origens do Totalitarismo*, Arendt enfatiza que a violência empregada pelos regimes totalitários, compeliu os homens para à experiência humana mais cruel, a solidão, ou seja, a completa perda de laços sociais e afetivos, bem como para a destruição das capacidades política – agir, pensar, julgar e sentir – o que resultou, no domínio total. O horror do domínio total só foi possível porque o homem, de agente político, transformou-se numa espécie que muito se assemelha ao animal: tornou-se um indivíduo biopolitizado ou para dialogar com Agamben, numa simples *vida nua*.

Arendt analisa a relação entre Totalitarismo, solidão e a supremacia do trabalho, a partir da figura do *animal laborans* com o objetivo de apontar que o desenraizamento e a solidão tornam os homens desamparados e naturalizados, pois no mundo que é ditado pelo repetido ciclo biológico da atividade do trabalho, o homem não se sente mais acolhido pelo mundo que um dia fora sua morada, ou seja, não se sente mais pertencente a um espaço que possa conviver com os outros, que possa, através dos seus feitos e palavras, tornar-se imortal. O homem, nas condições de um animal, não tem mais o sentimento de cuidar do mundo, o seu sentimento é apenas de abandono por tudo e por todos. Completamente isolado, característica que é própria da atividade que o *animal laborans* exerce, o homem tornou-se um ser antipolítico, que passou a ter repulsa por qualquer associação política. O resultado é o emprego da violência, o controle, a manipulação do ser humano e a destruição do mundo. Atentemos ao que Arendt escreve:

> Isso pode acontecer num mundo cujos principais valores são ditados pelo trabalho, isto é onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar. Nessas condições, a única coisa que sobrevive é o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo, e desaparece a relação como o mundo como criação do homem. O homem isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação [...] é tratado como *animal laborans* [...]. (ARENDT, 2006, p. 527).

Para captar a essência da biopolítica nazista, é preciso não perder de vista o processo que acarreta o entrelaçamento do político à esfera biológica, pois, é justamente a reinvindicação do

primado da vida que provoca a mais absoluta subordinação da política à vida em seu sentido natural. Em outras palavras, a vida biológica passa a ocupar o centro da vida política. Nesse sentido, todas as ações organizadas pelos governos totalitários, com o apoio dos instrumentos de sua ideologia e do terror, tinham como objetivo o esmagamento da política pela vida puramente biológica. Sobre isso, salienta Odílio Aguiar:

> As novas determinações da política, nascidas com o totalitarismo, alteraram profundamente o poder. Os termos usados por Arendt podem não ser os mesmos empregados hoje. A impressão retida, contudo, é que suas ideias captaram o nascimento das mudanças que estão em pleno vigor nos dias atuais e anteciparam o que hoje é chamado e atribuído ao biopoder. (AGUIAR, 2009, p. 214).

A tentativa dos regimes totalitários foi, exatamente, a transformação do ser humano em simples *vida nua*, em simples espécie do animal humano, como constatou Hannah Arendt em suas análises. Nessa perspectiva, segundo Rodrigo Ribeiro Alves Neto: "[...] a redução do homem a mero membro da espécie humana acaba por destruir o caráter humano e comum do mundo, ou em uma palavra, sua dimensão política." (ALVES NETO, 2009, p. 28). Isso equivale a dizer que "[...] o nazismo assume o dado biológico como verdade última." (ESPOSITO, 2010, p. 201) podendo ser, portanto, compreendido como um evento, fundamentalmente, biopolítico.

Animal Laborans e a incapacidade de pensar e agir

As análises empreendidas por Arendt acerca da estrutura dos estados totalitários e os horrores perpetrados nos campos de concentração, cujo objetivo foi a transformação do ser humano em um mero "feixe de reações previsíveis" a levou a formular sua crítica à era moderna, quando a pensadora identifica a perda do sentido da política em detrimento das preocupações coletivas com o cuidado da vida. Este processo desemboca naquilo que Arendt denomina de "ascensão do social". Na modernidade, a condição humana foi reduzida à mera atividade do *animal laborans*, preocupado, exclusivamente, em preservar sua vida em sentido biológico.

A ascensão da esfera social possibilitou a subsunção da esfera privada em detrimento da esfera pública. Assim, segundo Hannah Arendt, foi o advento da esfera social que resultou na transformação do ser humano em um mero animal que trabalha, uma vez que a esfera social erigida, sobretudo, na modernidade, com as transformações oriundas da Revolução Industrial, tem como objetivo garantir os meios que permitem ao homem ser *feliz* e se entreter. Esses meios correspondem à satisfação imediata em consumir produtos e serviços, que leva o homem a *ilusão* de ter conquistado uma vida tranquila e feliz. Assim, o que é próprio da esfera social é a necessidade em detrimento da liberdade, e a atividade que corresponde a essa esfera é o trabalho.

O resultado mais proeminente da ascensão do social, ou melhor, da substituição da ação política pela necessidade é a vitória do *animal laborans*. A era moderna é, para Hannah Arendt, a vitória do *animal laborans* sobre as demais atividades da *vita activa*. Mas, o que exatamente significa a expressão *vitória do animal laborans*? Quais as consequências que esse fenômeno, denominado por Arendt de *vitória do animal laborans*, imprimiu no âmbito político, ou seja, no cuidado com o mundo e nas relações humanas?

A expressão *vitória do animal laborans* significa a vitória do biológico contra *bios* (vida autônoma e autenticamente humana), do automatismo contra a ação, da repetição contra a espontaneidade, do consumo contra o mundo, da necessidade contra a liberdade, pois, com a glorificação do trabalho na modernidade, todas as atividades foram rebaixadas ao nível do metabolismo do corpo humano com a natureza. Assim, Hannah Arendt explicita:

> A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do trabalho, isto é, ao fato de que o *animal laborans* foi admitido no domínio público; e, no entanto, enquanto o animal laborans continuar de posse dela, não poderá existir um verdadeiro domínio público, mas apenas atividades privadas exibidas à luz do dia. (ARENDT, 2010, p. 166).

Constatado a vitória da vida e dos princípios de felicidade do *animal laborans* – o trabalho, o consumo, a abundância, a necessidade – o espaço para a fundação de um mundo comum, resultado do convívio, das palavras e as ações humanas, está na iminência de deixar de existir. Essa ameaça é um tanto quanto provável de ser concretizada, pois, uma das condições para a conservação de um mundo comum, entendido como morada, não só para os que hoje habitam a terra, mas, principalmente, para as gerações vindouras, é a ação, que tem como condição a pluralidade: o fato de que os homens por serem seres singulares têm a capacidade de perceberem a mesma realidade sob diversos pontos de vista. Entretanto, o *animal laborans*, fechado no seu mundo egocêntrico, onde só consegue sentir e atender, uniformemente, o ritmo acelerado das máquinas, não consegue estabelecer relação com os outros, portanto, fica impossibilitado de visualizar a realidade sob diversos pontos de vista e, consequente a isso, por sua atividade, está restrita ao metabolismo do homem com seu corpo, não tem a capacidade de cuidar e preservar o mundo, fabricado por mãos humanas:

> Os produtos do trabalho, do metabolismo do homem com a natureza, não demoram no mundo o tempo o suficiente para se tornar parte dele; do mesmo modo, a atividade do trabalho, atenta somente ao ritmo das necessidades biológicas, é indiferente ao mundo ou sem mundo, compreendido como artifício humano. (CORREIA, 2006, p. 337).

O *animal laborans*, preso ao ciclo repetitivo, não consegue transcender a mera duração da vida. É incapaz de construir uma esfera pública e mundana. Sua preocupação é com os meios que garantam a sua sobrevivência. Dada a sua alienação com o mundo, temos uma nova relação do

homem para com o mundo, pautada em uma economia do desperdício e da destruição, na qual a produção ilimitada é uma exigência do consumo.

O homem, ao se restringir a *animal laborans*, deixa de visar o mundo habitado pela pluralidade de indivíduos, para viver uma vida restrita ao processo metabólico de seu corpo, o que faz com que ele viva no ciclo repetitivo do trabalho e do consumo. Este ciclo necessita voltar-se sobre si mesmo de maneira ininterrupta, ou seja, é necessário trabalhar para produzir bens de consumo, os quais precisam ser consumidos quase que imediatamente para que a produção não cesse.

> Realmente, é típico de todo trabalho nada deixar atrás de si, que o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de uma enorme premência e é motivado por um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele. (ARENDT, 2010, p.107-108).

Nesse sentido, segundo Arendt, o trabalho e o consumo são apenas dois processos que fazem parte e sustentam o ciclo biológico da vida. Para sobreviver, o *animal laborans* tem que, urgentemente, trabalhar e, nesse processo, os produtos resultados do esforço do seu trabalho só o satisfazem quando estes atingem seu fim, de serem consumidos:

> Este ciclo precisa ser sustentado pelo consumo, e a atividade que provê os meios de consumo é o trabalho. Tudo o que o trabalho produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e esse consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz – nova "força de trabalho" de que o corpo necessita para seu posterior sustento (ARENDT, 2010, p.122).

A vitória do *animal laborans* significou que a vida passou a ser percebida pelas lentes do processo biológico. Na experiência de viver do homem moderno, o *que*, em contraposição ao *quem*, é ressaltado, uma vez que sua socialização não viabiliza a convivência humana, mas se restringe aos resultados e impactos da necessidade de consumir quase tudo que se vê pela frente. Na visão de Adriano Correia "[...] a vitória do *animal laborans* traduz o apequenamento da estatura e dos horizontes do homem moderno, para quem a felicidade se mostra como saciedade e não como grandeza." (CORREIA, 2006, p. 337-338).

Os homens, inseridos numa sociedade de operários, que tem o trabalho e o consumo como seus bens mais valiosos, passam a dispor de produtos de durabilidade efêmera, devido ao fato de que estes bens deixam de ser de uso para transformar-se em bens de consumo, tornando a sociedade ávida em consumir cada vez mais. O *status* dessa sociedade é garantido por aquilo que as pessoas consomem, e não por aquilo que elas são, ou seja, o *que* toma o lugar do *quem*. Entretanto, isso não afirma a dignidade humana, não aproxima o homem de seus pares, mas faz do homem um ser alienado, de estatura humana pequena, que perde sua consciência para com os fatos da realidade.

Nesse sentido, Arendt adverte que o resultado desse processo trabalhar-consumir, por não levar em conta o mundo e os objetos que o constituem, não pode gerar felicidade, mas, gera o que

podemos denominar de "cultura de massa", ou seja, a crença, os valores e ideais dessa sociedade de consumidores passa a influenciar todo o cotidiano da vida em sociedade, toda uma massa de indivíduos, sem fazer nenhuma distinção da natureza dos mesmos. O resultado é que os indivíduos, dessa sociedade, em sua grande maioria, procuram *ter* para *aparecer*. Esses são os valores dessa sociedade, ou seja, os homens vão buscar consumir cada vez mais, transformando tudo o que há no mundo em bens de consumo. Nessa sociedade, o equilíbrio que deveria haver entre o trabalho e o consumo desfaz-se. Todos acreditam que a felicidade está calcada na possibilidade de consumir mais e mais, a partir do tempo "extra", ganho com a diminuição das fadigas da atividade do trabalho, resultado do uso de técnicas e maquinarias próprias da produção capitalista. Entretanto, não é devorando ou consumindo os artefatos do mundo o quanto puder, e o mais rápido possível, que o homem será feliz. Isso tem como resultado o desperdício e se não cuidarmos, a destruição do mundo e da natureza:

> Um dos óbvios sinais do perigo de que talvez estejamos a ponto de realizar o ideal do *animal laborans* é o grau em que toda a nossa economia já se tornou uma economia de desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e descartadas quase tão rapidamente quanto apareceram no mundo, a fim de que o processo não chegue a um fim repentino e catastrófico. (ARENDT, 2010, p. 166).

Na compreensão de Arendt, portanto, "[...] não resta dúvida de que, como o processo natural da vida reside no corpo, nenhuma outra atividade é tão imediatamente vinculada à vida quanto ao trabalho." (ARENDT, 2010, p. 136). De tudo o que caracteriza e se relaciona com a condição humana, o trabalho é a mais natural, a menos mundana e a mais privadas das atividades.

O trabalho é natural porque corresponde ao automatismo da vida, portanto, não produz outra coisa senão a própria vida, e como esta, seu movimento é sempre repetitivo e cíclico, pois, move-se no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo. Não é mundano porque, para ser executado, não necessita de nenhuma interação. O trabalho é uma atividade estabelecida quando estamos na presença unívoca de nós mesmos, em nossa condição biológica e, assim, é a mais privada de todas as atividades, porque o *animal laborans* não pertence a um mundo comum, vive na mais absoluta solidão.

> A única atividade que corresponde estritamente à experiência da não mundanidade, ou, antes, à perda do mundo que ocorre na dor, é a do trabalho, na qual o corpo humano, embora em atividade, também é lançado para dentro de si mesmo, concentra-se apenas em seu próprio estar vivo e permanece preso ao seu metabolismo com a natureza sem jamais transcender ou libertar-se do ciclo recorrente do seu funcionamento. (ARENDT, 2010, p. 142).

A supervalorização do trabalho, na modernidade, inviabiliza as atividades da fala e da ação, próprias de homens livres em um espaço público e comum, pois não permite que a ação livre e espontânea nasça, uma vez que aprisiona o homem no processo do metabolismo de seu próprio corpo, deixando em um plano secundário as atividades que não tem ligação direta com esse processo. Em

oposição a esses efeitos do trabalho, Newton Bignotto afirma que "[...] o homem só realiza inteiramente sua humanidade na medida em que age num espaço político e não quando se torna capaz de reproduzir sua existência biológica." (BIGNOTTO, 2001, p. 117).

Considerações Finais

Relacionar o pensamento de Hannah Arendt ao arcabouço das estratégias do poder biopolítico é um recurso interpretativo-argumentativo com o qual buscamos ao longo desse artigo elaborar um liame entre as reflexões arendtiana sobre a violência dos regimes totalitários, explicitadas em *Origens do Totalitarismo* e a perda do sentido da política, apresentados em *A condição humana*. Em *A condição humana*, Arendt busca compreender como o desinteresse e apatia pela política, ocasionados por uma série de transformações que implicaram no primado da vida natural sobre a ação política, a partir da ascensão do *animal laborans* na esfera pública na modernidade, pode resultar na maior barbárie que, assombrados, presenciamos: o horror absoluto dos campos de extermínio nazista, cujo objetivo central foi a tentativa de domínio total da vida humana.

A importância de se compreender o conceito de biopolítica, relacionando-o ao pensamento político de Hannah Arendt, deve ser visto como uma tentativa que não apenas nos permite uma nova leitura do seu legado que, inevitavelmente, nos leva a um passeio por suas principais obras e temas, mas, principalmente, perceber que a preocupação fundamental de Hannah Arendt não terminava apenas com a denúncia de um tempo de horror, tempo em que a humanidade deixou de ter seu sentido mais autêntico, mas que a sua inquietação tinha sua razão em algo maior: o *Amor mundi*. Tal amor é o princípio inspirador da ação humana em conjunto, em prol de objetivos comuns, a qual Arendt denomina de ação política, pois, para nossa autora, o pressuposto da política não é cuidar da vida, mas sim cuidar do mundo: garantidor do aparecimento da pluralidade que é a lei da terra. Nesse sentido, a tarefa da política, segundo Arendt, não é se preocupar com os meios de manutenção que garantam a subsistência dos indivíduos na terra, mas garantir o mundo enquanto morada para que os homens sintam-se pertencentes a ele e não corram o risco de serem dizimados. Isso significa que a vida humana, biologicamente falando, encontra-se em risco, pois não está protegida pelo mundo comum. Vale dizer, a vida, sem mundo comum, está exposta ao perigo de extinção.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. de Roberto Raposo e revisão de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____**.** *Compreender*: Formação, Exílio e Totalitarismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2009.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Alienações do Mundo*: Uma Interpretação da Obra de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: PUCRIO/Loiola, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O que resta de Auschwitz*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BIGNOTTO & MORAES, Eduardo Jardim. (Org.). *Hannah Arendt:* Diálogos, Reflexões, Memórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CORREIA, Adriano. (Org). *Hannah Arendt e A condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006.

ESPOSITO, Roberto**.** *Bios:* biopolítica e filosofia. Trad. M. Freitas da Costa. Portugal: edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

_____. *História da Sexualidade I:* A vontade de saber. Tradução Maria Theresa da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

PELBART, PETER PÁL. *Vida capital:* ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

RUIZ, Castor Bartolomé. As Estratégias do (bio) poder na inclusão/excludente da vida humana. *Revista Éthica*, v.14, nº 2, 2007.